

Diário da Assembléia

Nºs 3.053/3.054/3.055

CURITIBA, 14, 17 E 18 DE JUNHO DE 1974

ANO IX

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISÃO DAS COMISSÕES

COMISSÕES TÉCNICAS

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Côrtes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovidio Franzoni — Quielse Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Elcy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacli — Borsari Netto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Marlene Coulo de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovidio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo Pereira Lima — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quielse Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Losso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lélio Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aguinaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antônio Maciel —

Quielse Crisóstomo da Silva — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 95ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 14 de Junho de 1974 (Sexta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Muggiati Filho, secretariada pelos srs. Deputados Emílio Carazzai e Borsari Neto.

As 930 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Costa — Antonio Lopes Júnior — Antonio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Borsari Neto — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Maurício Fruct — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielise Crisóstomo e Wilson Fortes. (35); achando-se ausentes os srs. Deputados: Antonio Belinati — Basílio Zanusso — Domicio Scaramella — Igo Losso — João Fadel — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 35 srs. Deputados.

2.a Discussão — do Projeto de Resolução n.º 18-74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 47-74, que aprova os termos do Convênio n.º 04-74, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Coordenação de Planejamento Estadual e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para segunda-feira, dia 17, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:
3.a Discussão — do Projeto de Resolução n.º 18-74.
Levanta-se a Sessão.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 96ª Sessão Ordinária
Realizada em 14 de Junho de 1974 (Sexta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos senhores Deputados Muggiati Filho e Borsari Neto.

As 10,00 horas, é registrada a presença dos seguintes senhores Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Costa — Antonio Lopes Júnior — Antonio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Borsari Neto — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Maurício Fruct — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielise Crisóstomo e Wilson Fortes. (36). Achando-se ausentes os seguintes senhores Deputados: Antonio Belinati — Basílio Zanusso — Domicio Scaramella — João Fadel — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — comunica que não há Expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE — Não há oradores inscritos para o Pequeno Expediente. Concedo a palavra no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

Não se encontrando presente o Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, declaro livre a palavra. (Pausa). Não havendo quem queira fazer o uso da palavra, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à
ORDEM DO DIA,
com a presença de 36 srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

Redação Final — do Projeto de Resolução n.º 72-73, que dá nova redação ao artigo 3.º da Resolução n.º 19-69, de 15.08.69, já alterado pelo artigo 1.º da Resolução n.º 4-70, de 26-05-70. — Aprovado.

Redação Final — do Projeto de Resolução n.º 05-74, que aprova Convênio de colaboração celebrado entre a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE e o Estado do Paraná, com interveniência da Secretaria Geral do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, com finalidade que especifica. — Aprovado.

Redação Final — do Projeto de Resolução n.º 12-74, que aprova Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o Estado do Paraná, objetivando desenvolver programa sobre "Estudo para Desenvolvimento Regional do Noroeste do Estado do Paraná". — Aprovado.

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 278-70, que cria o Ginásio Estadual de Vila Alto, Município de Umuarama. — Aprovado.

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 162-71, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Agricultura, criar uma Escola Agrícola no Município de Laranjeiras do Sul e dá outras providências. — Aprovado.

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 250-71, que autoriza o Poder Executivo construir o Colégio Estadual de Entre Rios, Município de Guarapuava e dá outras providências. — Aprovado.

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 92-72, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual Agrícola, no Município de Salto do Lontra, para funcionar no próximo ano letivo e dá outras providências. — Aprovado.

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 169-72, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual, na sede do Distrito de Rencanópolis, Município de Sengés. — Aprovado.

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 182-72, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual no Distrito de Santa Tereza, Município de Cascavel e dá outras providências. — Aprovado.

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 184-72, que denomina "Amábil Posobom", o Grupo Escolar de Vila Olívia, Município de Astorga. — Aprovado.

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 90-73, que autoriza o Poder Executivo reverter à Prefeitura Municipal de São Jorge do Ivaí, os lotes de terra nos 1 — 2 — 3 — 4 — 5 — 24 e 25, quadra 14, Vila São Joaquim na referida Cidade, tendo em vista sua não utilização pelo Estado aos fins a que se destinavam. — Aprovado.

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 271-73, que denomina "Governador Bento Munhoz da Rocha Neto", o grande Auditório do Teatro Guaíra. — Aprovado.

Redação — do Projeto de Lei n.º 293-73, que dispõe sobre participação do Estado do Paraná, no Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP).

4.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 36-74, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 20-74, que visa alterar, a partir de 1.º de março do corrente ano, a redação do artigo 3.º da Lei n.º 6.156, de 02-10-70, que dispõe sobre a quota de produtividade. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — EM REGIME DE URGÊNCIA — EMENDA DE 3.a Discussão. — Aprovada.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 17, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:
3.a Discussão — dos Projetos de Lei n.ºs 255-73, 257-73 e 263-73.
2.a Discussão — dos Projetos de Lei n.ºs 275-73, 277-73, 292-73 e 15-74.
1.a Discussão — dos Projetos de Lei n.ºs 284-73, 01-74 e 02-74.
Levanta-se a Sessão.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 97ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 17 de Junho de 1974 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos srs. Deputados Muggiati Filho e Basílio Zanusso.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Costa — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielise Crisóstomo — Rosário Pitelli — João Fadel — Hélio Manfrinato e Wilson Fortes. (39); achando-se ausentes os srs. Deputados: David Federmann — Antonio Lopes Júnior — Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Fuad Nacli — Ivo Rocha e Sebastião Rodrigues Júnior. (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 39 Srs. Deputados.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 18-74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 47-74, que aprova os termos do Convênio n.º 04-74, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Coordenação de Planejamento Estadual e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL objetivando elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 18, às 930 hors, com a seguinte

ORDEM DO DIA:
1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 21-74.
Levanta-se a Sessão.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura

Ata da 93ª Sessão Ordinária

Realizada em 17 de junho de 1974 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — Aginaldo Pereira Lima — Álvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielise Crisóstomo — Rosário Pitelli — João Fadel — Hélio Manfrinato e Wilson Fortes (39); achando-se ausentes os Srs. Deputados: David Federmann — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Fuad Nacli — Ivo Rocha — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS.

— de autoria do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 83-74.

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos presentes trabalhos, um voto de profundo pesar, pelo falecimento ocorrido em data de 13 de corrente mês na cidade de São Paulo, do Senhor João Fucato.

O extinto era sogro do Prefeito de São Sebastião da Amoreira, Senhor Olímpio Furlaneto.

Requer, outrossim, que da manifestação da Casa seja dado conhecimento à família enlutada na pessoa do Senhor Olímpio Furlaneto — Prefeito Municipal de São João da Amoreira.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1974.

(a) — Gabriel Manoel

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas e na forma em que dispõe o Regimento Interno, requer, após ouvida a Casa, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, um VOTO DE APLAUSOS ao Senhor Engenheiro Agrônomo Sílvio Galdino de Carvalho Lima, em face do edificante exemplo dado quando à frente da administração da Coordenadoria no Paraná, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, agindo sempre com isenção e no estrito cumprimento da lei, defendendo a todo o tempo os posseiros e não permitindo a ingerência de interesses outros no Órgão que dirigiu.

Durante o tempo em que o homenageado esteve na administração da Coordenadoria do INCRA, no Paraná — meados de 1970 até o mês de março do corrente ano — além das normais atividades de rotina administrativa, próprias da natureza e dos objetivos de uma repartição pública, aquele Instituto destacou-se por algumas atividades inovadoras que devem ser destacadas:

PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA

O referido programa para as escolas municipais rurais, tem por objetivo elevar o padrão de ensino entre os professores municipais rurais e dirigir o aprendizado para a realidade do meio agrário. Feito o convênio com as Prefeituras, este programa teve um tal sucesso, que em 1971 alcançava cinquenta e seis (56) municípios, perto de cinco mil (5.000) professores leigos e cerca de cento e sessenta mil (160.000) crianças, filhos de lavradores. Ficou demonstrado, com este trabalho de baixíssimo custo, que é possível elevar o nível do aproveitamento escolar no meio rural a um estágio quase tão bom quanto o da cidade, mesmo sem contar com professores normalistas e utilizando a mesma estrutura existente nas Prefeituras Municipais, cujo rendimento é insatisfatório.

Embora considerado pela alta administração do INCRA como da mais alta importância para o desenvolvimento e da reforma agrária, este programa deveria ser desenvolvido pelas Secretarias de Educação dos Estados. Ficou, assim, a demonstração de um processo bem adequado às nossas condições para resolver os nossos problemas de ensino no meio rural.

PROJETO LEITEIRO DA LAPA

Região de excelentes características ecológicas para a bovinocultura, a Lapa nunca desenvolveu atividade econômica com base na exploração leiteira, produto alimentar essencial em que somos tão carentes, quer em quantidade como em qualidade.

Após estudos técnicos, instalou-se ali uma nova metodologia de trabalho integrado para recolonização de áreas tradicionais com economia estagnada. Fazendo crédito fundiário e executando um plano técnico com base na integração das forças comunitárias e institucionais, implantou-se o Projeto com trinta e oito (38) parcelas rurais, organizadas para a produção leiteira. Produzindo, hoje, cerca de quinze mil (15.000) litros por dia, este Projeto cuja, implantação foi concluída em 1972, realiza uma irradiação de tecnologia para as demais propriedades de sua área de influência criando, assim, progressivamente, uma grande bacia leiteira destinada a contribuir, decisivamente, para o regular atendimento do nosso consumo em grande expansão. Este Projeto, considerados a rapidez com que foi implantado, os reduzidíssimos gastos feitos, os resultados imediatos alcançados e o efeito multiplicador, não tem similar no Brasil.

ELETRIFICAÇÃO RURAL

Na planificação dos projetos de eletrificação rural, dentro do programa nacional feito para esse setor sob a responsabilidade do Órgão da reforma agrária, destacou-se o Paraná com participação majoritária, superando a casa

de oitenta milhões de cruzeiros em financiamentos de mais de quarenta projetos em todo o Estado, cujas construções ainda estão em andamento. Alguns projetos de eletrificação rural já construídos e agora já realizando expansão das suas redes, provocaram grande efeito acelerador do progresso e bem estar das populações rurais por eles atingidos. Tais projetos são os de Campo Mourão, Arapoti, Palmeira (Witmarsum) e Antonina. Em fase de conclusão, dois (2) projetos: Lapa e Marechal Cândido Rondon.

QUESTÕES DE TERRAS

Profundamente marcado pelas questões e litígios de terras, o Paraná tem, neste setor, o seu maior problema no âmbito da Reforma Agrária. Embora com raízes de mais de cinquenta anos, estas questões de terras sempre se agravaram, marcadas pela cobiça de homens, quer do Governo, como de Companhias de terras. Nestes últimos anos, entretanto, mudou-se o clima nesse setor de tal modo que se criaram as condições necessárias ao encaminhamento das soluções de milhares de casos. Além dos esforços desenvolvidos para criar as condições gerais para a resolução das questões de terras, foi conseguida a regularização definitiva das grandes áreas das colônias Maripá, Andradá, Silva Jardim e Arroio Bonito alcançando-se, com o acréscimo de cerca de três mil (3.000) títulos expedidos em conjunto com o Governo do Estado, mais de vinte mil (20.000) propriedade regularizadas, sendo sempre e invariavelmente tituladas às pessoas que tem moradia efetiva e cultura habitual na terra; conforme prescreve a lei da Reforma Agrária. Ainda neste setor, três (3) grandes glebas foram declaradas de utilidade social, por decreto federal, para fins de desapropriação, tendo em vista a necessidade de regularizar as propriedades dos posseiros nelas residentes. São as glebas de Palotina, Flores e Conceição e Rio da Paz, situadas no Oeste e Sudoeste paranaenses.

COOPERATIVISMO

No campo do Cooperativismo foi desenvolvida uma nova metodologia de trabalho que procurou integrar todas as entidades desse setor, juntamente com as cooperativas do setor agropecuário, o que resultou na realização do Projeto Iguaçu de Cooperativismo, desenvolvido no período de 1970 a 1973, cujos resultados foram tão extraordinários que hoje é tomada como exemplo por outros Estados da Federação que aplicam a sua metodologia, criada aqui no Paraná, e da qual resultou um programa nacional de desenvolvimento cooperativista no meio rural, promovido pelo INCRA, com o nome de Projetos Integrados de Desenvolvimento Cooperativista.

O Engenheiro Agrônomo Sílvio Galdino de Carvalho Lima, em razão de sua grande e profunda vocação para o campo social e econômico e de desenvolvimento da agricultura, deixou o cargo de Coordenador no Paraná, do INCRA que vinha ocupando há longa data, para assumir as funções de dirigente do cooperativismo agrícola em nosso Estado, cuja expansão desde já se faz sentir como consequência mesmo de suas atividades no INCRA.

Requer-se, finalmente, que da manifestação desta Assembleia, se favorável, seja dado conhecimento ao homenageado, através do expediente próprio, o qual deverá ser remetido à Rua Claudino M. Costa, 162, nesta Capital, bem assim ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura; ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura e ao Excelentíssimo Senhor Coordenador do INCRA, no Paraná.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1974.

(a) — Muggiati Filho

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Conforme já tive oportunidade de anunciar à semana passada, hoje às 16,00 horas virá à Assembleia Legislativa como convidado da Comissão que trata dos problemas relativos à fronteira do Paraná com o Estado de São Paulo, o Dr. Ratão, do Instituto de Cartografia do Estado do Paraná e que, nesta oportunidade apresentará aos Senhores Deputados um relatório em que situa não só a posição do nosso Estado na discussão dos problemas limítrofes com o Estado do Paraná e Estado de São Paulo, como também irá focalizar diversos aspectos que foram abordados e analisados por ocasião da Comissão Especial designada pelo Poder Executivo, a fim de assegurar e defender os direitos do Paraná na referida questão.

Reitero, nesta oportunidade, o convite aos digníssimos Senhores Deputados para se fazerem presentes à reunião que será realizada às 16,00 horas na Sala das Comissões, e por se tratar, como já foi salientado nesta Tribuna pelo eminente Presidente desta Casa, Deputado João Mansur, de assunto da mais alta importância e interesse do Estado do Paraná.

Fica então o convite a todos os Senhores.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 39 Srs. Deputados

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 255-73, de autoria do Dep. Maurício Fruet, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública o Grêmio Estudantil Técnico Comercial — GETEC, da cidade de Rio Negro. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 257-73, de autoria do Dep. João Mansur, que declara de Utilidade Pública a Fundação São José, com sede e foro nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 263-73, de autoria do Dep. Arthur de Souza, que declara de Utilidade Pública o Clube da Soda "Hélio Brandão", desta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 275-73, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), à Cecília Back Selhorst. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., com SUBSTITUTIVO. — Aprovado, artigo por artigo, com Substitutivo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 277-73, de autoria do Dep. Igo Losso, que declara de Utilidade Pública a "Associação Metodista de Assistência Social — AMAS", com sede e foro na cidade de Morretes. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 292-73, de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo doar, através da Secretaria de Agricultura, 2 (dois) tratores marca Internacional, modelo e série que especifica, à Cooperativa Agrícola Irati Ltda., com sede no Município de Irati. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. com SUBSTITUTIVO. — **Aprovado, com Substitutivo, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 15-74, de autoria do Dep. Borsari Netto, que inclui a série de Classes de Técnico de Administração Tributária, na Tabela n.º 1 da Lei n.º 6.212, de 9-8-71. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 284-73, de autoria do Dep. Igo Losso, que declara de Utilidade Pública a "Associação Cristã do Bem Estar Social do Paraná — BEMPAR", com sede nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado**

PROJETO DE LEI N.º 284-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação Cristã do Bem Estar Social do Paraná — BEMPAR", com sede em Curitiba, Paraná, Brasil.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1973.

(a) Igo Losso

JUSTIFICATIVA:

A Associação Cristã do Bem Estar Social do Paraná é uma entidade de caráter não lucrativo, que tem por objetivo promover o bem estar social às pessoas carentes de recursos, sem qualquer discriminação de raça, credo religioso ou político.

Os membros da Diretoria, nada percebem a título de pagamento, e a entidade aplica todos os seus recursos, em suas finalidades de Assistência Social, Educacional e também na difusão de literatura, visando a higiene e o combate aos males sociais.

Sua Diretoria é composta de um grupo de idealistas liderados pelo Dr. Juarez Carneiro Guimarães, que dedicam seu tempo e recursos, visando o bem da coletividade, segundo os princípios cristãos.

A Associação está devidamente registrada sob o n.º 2.808 do Livro "A" no 1.º Ofício de Registro de Pessoas Jurídicas da Capital, conforme se vê do anexo documento.

Assim, pelas amplas e justas razões, espero seja o presente Projeto aprovado unânimemente pela Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Igo Iwant Losso, visa declarar de utilidade pública a Associação Cristã do Bem Estar Social do Paraná — BEMPAR, com sede nesta Capital.

Verificando a documentação anexo, pode-se concluir que preenche os requisitos exigidos pela legislação que regula a matéria, estando a Entidade em pleno funcionamento, prestando auxílio à coletividade, com personalidade jurídica e os cargos de sua diretoria não são remunerados.

Dadas as considerações, não vemos qualquer impedimento de ordem legal ou constitucional, e nosso parecer é pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 19 de dezembro de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

Ovídio Franzoni — Relator

(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 284-73

1 — Visa o presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Igo Iwant Losso, declarar de utilidade pública a Associação Cristã do Bem Estar Social do Paraná, com sede e foro na cidade de Curitiba.

2 — Referida matéria já mereceu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

3 — Pelos relevantes serviços que a entidade vem prestando à coletividade, pela forma desinteressada que atende aos necessitados do referido Município de Curitiba, julgamos oportuna a iniciativa, e assim sendo, não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor quanto ao aspecto financeiro somos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de junho de 1974.

(Ass. ilegível) — Presidente

Álvaro Dias — Relator

(Ass. ilegíveis)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 01-74, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 112-73, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva doar à Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras da cidade de Jacarezinho, o imóvel de propriedade do Estado, que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

MENSAGEM

112-73

Curitiba, 14 de dezembro de 1973

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo doar à Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, o imóvel que especifica, de propriedade do Estado.

A inclusa cópia autêntica da Exposição de Motivos n.º 2.274-73 de 2 de outubro próximo passado, firmada pelo Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, diz, com o devido detalhe, sobre a necessidade, oportunidade e interesse público na aprovação da medida legal ora submetida a

essa Augusta Assembléia Legislativa do Estado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado JOAO MANSUR

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/ Capital

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a alienar, por doação, em favor da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, o prédio em alvenaria de tijolos com 10 (dez) salas de aula, auditório, gabinete, casa de zelador e demais benfeitorias e respectivo terreno com 13.063,50 metros quadrados constituído por 5 (cinco) quadras da Vila Jardim Marymar da cidade de Jacarezinho que se acham circunscritas entre divisas com a estrada de rodagem Jacarezinho — Santo Antonio da Platina, rua Padre Melo e Julio Freire Alves, adquirido pelo Estado do Paraná, conforme transcrição n.º de ordem 11.221, fls. 206 do livro 3-M do Registro de Imóveis da Comarca de Jacarezinho.

Art. 2.º Da escritura de doação do imóvel descrito no artigo anterior, deverá constar cláusula pela qual a donatária se obriga a respeitar o uso de parte do mesmo imóvel, por 4 (quatro) classe do Colégio Comercial Estadual de Jacarezinho, até que sejam elas absorvida por outro estabelecimento de ensino em consequência da implantação da Reforma de Ensino, ou até que, essas classes sejam instaladas em outro prédio.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ESTADO DO PARANÁ

Gabinete do Governador

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Of. n.º 2.274-73

Curitiba, 2 de outubro de 1973.

Excelentíssimo Senhor Governador.

Tenho a honra de submeter à alta apreciação de Vossa Excelência, para fins de encaminhamento de mensagem à douta Assembléia Legislativa Estadual, o anexo projeto de lei, que visa a autorizar o Chefe do Poder Executivo a alienar, por doação em favor da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, o prédio e respectivo terreno, situado à Rua Padre Melo s/n.º onde funcionou o Grupo Escolar Dr. Gustavo Lessa, da mesma cidade.

Por ocasião da instituição da referida fundação, estabeleceu o artigo 3.º, alínea "a", do Decreto n.º 21.477, de 30 de outubro de 1970, que o "patrimônio da Fundação se constituirá" "dos bens imóveis, móveis e equipamentos e instalações que lhe forem expressamente destinadas ou que pertencerem atualmente à Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho".

Ocorre que a Faculdade a que se referiu o citado dispositivo não era, a esse tempo, proprietário de nenhum imóvel, pois revestia a condição de simples órgão da administração direta estadual, e, assim não possuía personalidade jurídica e não tinha capacidade para adquirir bens em seu próprio nome.

Além disso, a autorização constante do artigo 22, da Lei n.º 6.034, de 6 de novembro de 1969, não se referia a nenhum imóvel de maneira específica, deficiência que a Assessoria Jurídica do Gabinete desta Secretaria, em seu parecer, considera contrária aos pressupostos do artigo 67 do Código Civil.

Por outro lado, o projeto resguarda ao seu artigo 2.º, o uso de parte do prédio por quatro (4) classes do Colégio Comercial Estadual de Jacarezinho, que ali funcionam, até que sejam elas absorvidas por outro estabelecimento de ensino em consequência da implantação da reforma do Ensino.

Valho-me do ensejo para reafirmar a Vossa Excelência os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

(a) Cândido Manuel Martins de Oliveira
Secretário da Educação e Cultura

A Sua Excelência o Senhor

DOCTOR EMÍLIO HOFFMANN GOMES

Digníssimo Governador do Estado do Paraná.

NESTA CAPITAL

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 1-74

Parecer

O desiderato do Projeto de Lei em testilha, oriundo da Mensagem Governamental n.º 112-73, é doar à Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, o prédio em alvenaria de tijolos com 10 (dez) salas de aula, auditório, gabinete, casa de zelador e demais benfeitorias e respectivo terreno com 13.063,50 metros quadrados, constituído por 5 (cinco) quadras da Vila Jardim Marymar da cidade de Jacarezinho que se acham circunscritas entre divisas com a estrada de Rodagem Jacarezinho — Santo Antonio da Platina, rua Padre Melo e Julio Freire Alves, adquirido pelo Estado do Paraná, conforme transcrição n.º de ordem 11.221, fls. 206 do livro 3-A, de Registro de Imóveis da Comarca de Jacarezinho.

Sob o aspecto constitucional, legal e formal a proposição é escoreita.

Opino pela sua aprovação para ulterior tramite regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em ... de março de 1974.

(Ass. ilegível) — Presidente

Antônio Lopes Júnior

(As. ilegível)

(As. ilegível)

(As. ilegível)

(As. ilegível)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 01-74

Autor: — Governo do Estado do Paraná.

1) — O Projeto, oriundo de Mensagem Governamental, já foi apreciado e aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça.

II) — Examinado sob o aspecto financeiro, atribuição conferida a esta Comissão para opinar, nada temos a opor.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 15.5.1974.

(As. ilegível) — Presidente

(As. ilegível) — Relator

Dep. Igo Iwant Losso

(As. ilegível)

(As. ilegível)

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 01-74

1 — O presente projeto de lei, constitui-se da Mensagem Governamental n.º 112-73 autorizando o Poder Executivo a doar a Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, terreno de 13.063,50 m², com prédio de alvenaria com 10 salas de aula pertencentes ao Estado do Paraná.

2 — Referida proposição já mereceu pareceres favoráveis das doudas Comissões de Constituição, Justiça e de Finanças.

3 — Quanto ao mérito, objeto de estudo nesta Comissão, não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor, razão pela qual nosso parecer é favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de junho de 1974.

(As. ilegível) — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

(As. ilegível)

(As. ilegível)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 02-74, de autoria do Dep. Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Ribeirão do Pinhal, uma motoniveladora e um caminhão, pertencentes ao D.E.R. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 2-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Ribeirão do Pinhal, uma (1) motoniveladora marca Carterpillar n.º 165 e um (1) Caminhão Ford, n.º 090, considerados inservíveis e de propriedade do Departamento de Estradas de Rodagem.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1974.

(a) Gabriel Manoel

JUSTIFICATIVA:

Tendo-se em vista o alto custo de equipamentos rodoviários e a dificuldade financeira por que passam os municípios, nada mais justo do que proceder-se essa doação.

Referidos veículos que se encontram parados no Distrito de Ibatí, nenhuma utilidade vem prestando a essa região.

Propõe-se o município a ser contemplado, reparar os mencionados veículos, para que os mesmos possam conservar suas estradas, visando o escoamento das próximas safras.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 2-74

1 — Visa o presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Gabriel Manoel, autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Ribeirão do Pinhal, uma (1) motoniveladora marca Carterpillar n.º 165, e um (1) caminhão marca Ford, n.º 090, considerados inservíveis e de propriedade do Estado.

2 — A justificação que acompanha o projeto é convincente, e não havendo qualquer impedimento de ordem legal ou constitucional que se lhe possa antepor, somos pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 1.º de abril de 1974.

(As. ilegível) — Presidente

Ovídio Franzoni — Relator

(As. ilegível)

(As. ilegível)

(As. ilegível)

COMISSÃO DE FINANÇAS PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 2-74

1 — O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Gabriel Manoel, visa autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Ribeirão do Pinhal, uma (1) motoniveladora marca Carterpillar n.º 165 e um (1) caminhão marca Ford, n.º 090, considerados inservíveis e de propriedade do Estado.

2 — Esta matéria devidamente estudada na douda Comissão de Constituição e Justiça, mereceu parecer favorável.

3 — Quanto ao aspecto financeiro que cabe a esta Comissão, examinar, não vemos qualquer óbice que se lhe anteponha, razão pela qual nosso parecer é pela APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de abril de 1974.

(As. ilegível) — Presidente

Alvaro Dias — Relator

(As. ilegível)

(As. ilegível)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 83-74. Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor João Fucato, ocorrido na cidade de São Paulo. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando voto de aplausos ao Engenheiro Agrônomo Silvío

Galdino de Carvalho Lima, em face do edificante exemplo dado quando a frente da administração da Coordenadoria no Paraná, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, agindo sempre com isenção e no estrito cumprimento da lei, defendendo a todo o tempo os posseiros e não permitindo a ingerência de interesses outros no órgão que dirigiu. — Aprovado.

Esta Presidência comunica aos Senhores Deputados que a palestra que deveria ser realizada neste Plenário amanhã, pelo Dr. Mário Stadler de Souza, Presidente da Federação da Agricultura, fica transferida para uma data que será fixada oportunamente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 18, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 36-74.

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 275-73 — 277-73 — 292-73 e 15-74.

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 284-73 — 1-74 e 2-74.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 4-74.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA ATA DA 5.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de maio de hum mil novecentos e setenta e quatro, na Sala de Reuniões desta Casa, às quatorze e trinta horas, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes e presentes os Senhores Deputados: Erondy Silvério, Ovídio Franzoni, Ivo Thomazoni, Nelson Buffara e Basílio Zanusso, atendendo solicitação do Sr. Presidente da Comissão. Havendo número legal o Senhor Presidente, abriu os trabalhos, sendo lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à seguinte Ordem do Dia: 1) — PROJETO DE LEI N.º 17-74, de autoria do Sr. Dep. Antônio Belinati. Permite a participação direta do povo na Tribuna da Assembléia Legislativa do Estado, e dá outras providências. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer contrário. Aprovado. 2) — PROJETO DE LEI N.º 22-74, de autoria do Sr. Dep. Lázaro Dumont. Autoriza o Poder Executivo construir no Bairro Capanema, desta Capital, um Complexo Educacional que abranja os Cursos de 1.º e 2.º graus, em substituição ao atual estabelecimento de ensino denominado Hildebrando de Araújo, e dá outras providências. Relator Dep. Wilson Fortes. Parecer favorável. Aprovado. 3) — PROJETO DE LEI N.º 32-74, de autoria do Sr. Dep. Rosário Pitelli. Dispõe sobre concessão de anistia das multas, juros, acréscimos e correção monetária relativos a créditos tributários originados de ICM anteriores a 1.1.74 e dá outras providências. Relator Dep. Erondy Silvério. Parecer contrário. — Aprovado. 4) — PROJETO DE LEI N.º 33-74, de autoria do Sr. Dep. Fuad Nacli. Declara de utilidade pública o Centro Acadêmico Carlota Meneguel, da Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneguel, da cidade de Bandeirantes. Relator Dep. Wilson Fortes. Parecer favorável. Aprovado. 5) — PROJETO DE LEI N.º 34-74, de autoria do Sr. Deputado David Federmann. Autoriza o Poder Executivo doar à Cooperativa Mista dos Ruralistas de Ponta Grossa Ltda., maquinárias e instrumentos agrícolas. Relator Deputado Wilson Fortes. Parecer favorável. Aprovado. 6) — PROJETO DE LEI N.º 35-74, de autoria do Sr. Deputado João C. Fadel. Autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga os Municípios de Contenda e Balsa Nova. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer favorável. Aprovado. 7) — PROJETO DE LEI N.º 30-73, de autoria do Sr. Deputado João Calil Fadel. Institui o Regime de Dedicção Plena para a Magistratura, e dá outras providências. Relator Deputado Ivo Thomazoni. Parecer contrário. Aprovado. 8) — PROJETO DE LEI N.º 281-73, de autoria dos Srs. Deputados: Jorge Sato e Paulo Poli. Institui no Departamento de Trânsito — DETRAN, a Taxa de Peritagem. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer contrário. Aprovado. 9) — PROPOSIÇÃO N.º 52-74, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 18-74, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Saúde Pública, e o Ministério da Saúde, através da Divisão Nacional do Câncer, para coleta de dados estatísticos sobre casos de Neoplasmas Malignos. Relator Deputado Ovídio Franzoni. Parecer favorável com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. Foram apresentados, votados e aprovados relatórios apostos às PROPOSIÇÕES N.ºs 110-74 e 111-74, todos concluindo que os Vetos estão em condições de serem apreciados pelo Plenário. Nada mais havendo para tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada na próxima reunião, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Fabiano Braga Côrtes, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

Sala das Reuniões, em 15 de maio de 1974.

(aa) Deputado Fabiano Braga Côrtes — Presidente
Rita Celestino Soares — Secretária

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura Ata da 99ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 18 de Junho de 1974 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Borsari Neto.

As 9,30 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domício Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Paulo Poli — Quíselo Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Fortes (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Arizone Araújo — João Fadel — Nelson Buffara — Paulo Camargo — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 41 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 21-74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 52-74, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Ministério da Saúde, através da Divisão Nacional do Câncer, e o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios de Saúde Pública, para a coleta de dados estatísticos sobre casos de Neoplasmas Malignos. PARECERES favoráveis da C.C.J. e C.S.P. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 21-74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado entre o Ministério da Saúde, através da Divisão Nacional do Câncer, e o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios de Saúde Pública, para a coleta de dados estatísticos sobre casos de neoplasmas malignos.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de maio de 1974.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Deputado Ovídio Franzoni — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER A

PROPOSIÇÃO N.º 52-74

Autor: PODER EXECUTIVO.

I) — A Proposição em exame trata de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e o Ministério da Saúde, objetivando a coleta de dados estatísticos sobre casos de neoplasmas malignos, cuja matéria é de competência privativa do Poder Executivo.

II) — Examinando o Projeto, verificamos que não existe qualquer impedimento de caráter legal, constitucional ou jurídico que possamos antepor à Proposição, cabendo tão somente à Assembleia referendar referido Convênio, conforme preceitua o inciso VII do art. 22 da Constituição Estadual. Assim sendo, o nosso parecer é pela sua aprovação, nos termos do Projeto de Resolução que oferecemos anexo.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 1974.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Deputado Ovídio Franzoni — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Referendar o presente Convênio, é estimular o Poder Público quando interessado acha-se o mesmo no combate a um dos males que mais prolifera como verdadeira desgraça para o ser humano, o Câncer.

Pois pretende o Poder Público com este Convênio, promover investigações epidemiológicas e estatísticas sobre os Neoplasmas Malignos, organizando Registro do Câncer, apurando dados de morbidade incidência e prevalência do mal, estudando assim, a distribuição nos grupos de populações, considerando sexo, idade cor e profissão dos pacientes bem como, a localização anatômica, tipo Histológico e extensão dos neoplasmas malignos em território paranaense.

O prazo (5 anos), as medidas de investigação desse e outros Neoplasmas Malignos, a manutenção dos dados estatísticos sobre a incidência dos mesmos, e os resultados que daí advirão para que no campo da medicina preventiva possa-se combater ou minorar os sofrimentos das populações em nosso Estado, é louvável, humano e altamente meritória, esta Comissão de Saúde Pública, só tem a louvar medida deste jaez, esperando que com este Convênio no campo da saúde e da própria medicina; traga-se luz no combate, — prevenção e talvez cura, dos Neoplasmas Malignos.

E favorável é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em

(Assinatura ilegível) — Presidente.

(Assinatura ilegível) — Relator.

MENSAGEM — 18/74

Curitiba, 4 de abril de 1974.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 27 de dezembro de 1973, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e o Ministério da Saúde, através da Divisão Nacional do Câncer, para coleta de dados estatísticos sobre casos de neoplasmas malignos.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

EMÍLIO GOMES — Governador do Estado.

Ao Excelentíssimo Senhor Deputado João Mansur

Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

N/Capital

ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO SECCIONAL JURÍDICA

Termo de Convênio celebrado entre o Ministério da Saúde, através da Divisão Nacional do Câncer, e o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios de Saúde Pública, para a coleta de dados estatísticos sobre casos de neoplasmas malignos.

Aos vinte e sete (27) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e três (1973), no Gabinete do Ministro da Saúde, presentes, de um lado, o Ministério da Saúde, representado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado Doutor Mário Machado de Lemos, com a participação da Divisão Nacional do Câncer representada pelo seu Diretor, Ilustríssimo Senhor Doutor João Sampaio Góes Júnior e, de outro lado, o Governo do Estado do Paraná, representado pelo Excelentíssimo Senhor Governador, Doutor Emílio Hoffmann Gomes, com a participação da Secretaria de Estado dos Negócios de Saúde Pública do Paraná, neste ato representada pelo seu Titular, Excelentíssimo Senhor Doutor Ivan Beira Fontoura, resolvem celebrar o presente Convênio para a coleta de dados estatísticos sobre casos de neoplasmas malignos constatados no Estado do Paraná, objetivando estabelecer um Registro de Câncer, tudo de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA I — Convenções

Ficam convencionadas as designações de "Ministério" para o Ministério da Saúde, de "DNC" para a Divisão Nacional de Câncer, de "Governo do Estado" para o Governo do Estado do Paraná e de "Secretaria" para a Secretaria de Estado dos Negócios de Saúde Pública do mesmo Estado.

CLÁUSULA II — Objeto

tísticas sobre casos de neoplasmas malignos ocorridos no Estado do Paraná, iniciando-se pelo Município de Curitiba, devendo estender-se progressivamente para outras áreas do Estado.

Subcláusula Única

Para a consecução da finalidade fixada nesta cláusula, será elaborado pelos convenientes um Plano de Trabalho, atendidas as mesmas ditadas pela DNC, observada a Classificação Estatística Internacional de Doenças, Lesões e Causas de Óbitos, Revisão de 1965, objetivando a:

- promover investigações epidemiológicas e estatísticas sobre neoplasmas malignos;
- organizar o Registro de Câncer e manter o seu funcionamento;
- apurar dados de morbidade, incidência e prevalência;
- estudar a distribuição nos diversos grupos de população, considerando sexo, idade, cor e profissão dos pacientes, localização anatômica, tipo histológico e extensão do neoplasma;
- analisar a ocorrência em épocas ou áreas diversas;
- investigar a correlação ou fatores coincidentes e a possibilidade de estes influírem sobre a patogenia ou evolução do processo neoplásico;
- apurar dados de mortalidade por câncer;
- colaborar no combate ao câncer no âmbito da epidemiologia, e também nas atividades de pesquisa e ensino.

CLÁUSULA III — Coordenação e Execução

A coordenação e execução do Plano de Trabalho a que se refere a subcláusula única da cláusula II ficará a cargo da Secretaria que poderá manter convênios com outras instituições visando um maior intercâmbio e subsídios para investigações epidemiológicas e estatísticas.

CLÁUSULA IV — Obrigações do Ministério

O Ministério, através da DNC, obriga-se a:

- prestar auxílio técnico quando este se fizer necessário;
- fornecer todo o material impresso destinado à coleta de dados estatísticos;
- contribuir, durante o exercício de 1973, com a quantia de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) que correrá à conta dos recursos extraordinários da Campanha Nacional de Combate ao Câncer, da DNC;
- contribuir, nos exercícios subsequentes a 1973, caso o presente convênio permaneça em vigor, com a quantia a ser fixada pela Campanha Nacional de Combate ao Câncer, da INC.

CLÁUSULA V — Obrigações do Governo do Estado

O Governo do Estado, através da Secretaria, obriga-se a:

- ceder, devidamente mobiliado e aparelhado, o local para a instalação do Registro de Câncer;
- responsabilizar pela implantação e funcionamento do Registro de Câncer do Paraná;
- realizar a coleta de dados estatísticos, na rede médico-hospitalar, consultórios e laboratórios especializados, visando o atendimento dos objetivos constantes da cláusula II;
- comunicar, semestralmente, à DNC os resultados dos trabalhos realizados, analisados e avaliados;
- publicar, anualmente, os resultados da coleta, apuração, análise, apresentação gráfica e tabelar dos levantamentos feitos pelo Registro de Câncer.

CLÁUSULA VI — Contribuição e Prestação de Contas

A contribuição a que se refere a alínea "c" da cláusula IV será entregue à Secretaria, mantenedora, coordenadora e executora do Registro de Câncer no Paraná, que apresentará prestação de contas relativa à aplicação dos recursos, na forma da legislação vigente.

CLÁUSULA VII — Vigência e Eficácia

O presente convênio é firmado pelo prazo de 5 (cinco) anos, e entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial.

CLÁUSULA VIII — Rescisão, Extinção ou Modificação

O presente convênio poderá ser rescindido pelo inadimplemento de suas cláusulas e condições, ser considerado extinto pela superveniência de norma legal que o torne material ou formalmente impraticável, ou modificado em suas cláusulas e condições, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA IX — Fiscalização da Execução

O Ministério fiscalizará a execução do presente convênio, através da Delegacia Federal de Saúde no Estado do Paraná que, semestralmente, apresentará relatório à DNC, informando sobre o desenvolvimento dos trabalhos do Registro de Câncer.

E, por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, foi o presente Convênio assinado a fls. do livro próprio, pelas partes supramencionadas, em presença das testemunhas abaixo assinadas e por mim,, que o lavrei, dele se extraindo cópias para sua publicação e execução.

MÁRIO MACHADO DE LEMOS — Ministro da Saúde.

EMÍLIO HOFFMANN GOMES — Governador do Estado do Paraná.

Ivan Beira Fontoura — Secretário de Saúde Pública.

João Sampaio Góes Júnior — Diretor da Divisão Nacional de Câncer.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, convocando duas Sessões Extraordinárias: uma para quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 21-74, e outra, para sexta-feira, dia 21, às 9,30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 21-74.

Levanta-se a Sessão.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura Ata da 100ª Sessão Ordinária Realizada em 18 de Junho de 1974 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

As 10,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domício Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Paulo Poli — Quielise Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Fortes (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Arizone Araújo — João Fadel — Nelson Buffara — Paulo Camargo — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob o n.º 922-74, do Senhor Belmiro Valverde Jobim Castor, Secretário de Planejamento e Coordenação Geral do Estado do Paraná, encaminhando exemplar do documento que trata da Política de Desenvolvimento Urbano para o Estado do Paraná. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 70-74, do Senhor Fernando Augusto de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal de Mandaguari, comunicando haver sido aprovado em Plenário daquela Câmara, Requerimento de autoria do Senhor José Lázaro Pereira, no sentido de ser instituído o "Dia dos Velhinhos", a ser comemorado oficialmente. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 26-74, do Senhor Anézio Vargas Netto, Presidente da Câmara Municipal de Araruna, comunicando haver sido aprovado por unanimidade, Requerimento de autoria do Senhor Vereador João Borrego Barbosa, no sentido de que esta Casa defenda junto ao Governo do Estado, Proposição sobre o preço do soja. — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Eng. Jeferson W. Wanderley, Presidente do Clube dos Engenheiros do D.E.R., Paraná, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa Diretora daquele Clube, para o período 1974-75. — Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

Da CEXPAR, comunicando que através ofício da Capitania dos Portos do Estado do Paraná, recebeu comunicado que a Diretoria de Hidrografia e Navegação do Ministério da Marinha, oficializou os novos calados de 29 a 31 pés, respectivamente, para preamares de quadratura e Sizigia, nas ótimas condições de mar, vento e visibilidade do canal Sudoeste de Acesso àquele Porto. — Ao conhecimento da Casa.

TELEGRAMA:

Do Senhor Gastão Chaves, nos seguintes termos: — Rogo a Vossa Excelência receber vg transmitir a essa Douta Assembléia vg minhas expressões agradecimentos vg associando-se às homenagens a mim prestadas pela Federação Nacional dos Engenheiros e Sindicatos dos Engenheiros do Paraná Cordiais Saudações. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Jorge Sato, solicitando dispensa de publicação da Redação Final dos Projetos de Resolução n.º 60-73 e de Projetos de Lei nrs 38-72, 73-73, 151-73, 172-73, 227-73, 205-72.

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno da Casa, requer, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Francisco Raksa, ocorrido hoje, na cidade de Araucária. O extinto era pessoa benquista nos meios sociais daquela comunidade.

Outrossim, solicita ainda, após ouvido o Plenário, seja dada ciência à família enlutada na pessoa da viúva, Senhora Margarida Voss Raksa, à rua Victor do Amara, 326, daquela cidade.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1974.

(a) Maurício Fruet

Requerimento

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, a designação de Sessão especial da Casa para palestra dos membros da Comissão de Limites entre os Estados do Paraná e de São Paulo, Doutor Ronald Accioly Rodrigues da Costa, Coronel Clovis Cunha

Viana, Engenheiro Lineu Ratton, General Junot Guimarães e Doutor Ruy Ferraz de Carvalho, em data a ser fixada a critério do Presidente da Comissão, Doutor Ronald Accioly Rodrigues da Costa.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1974.

(a) Maurício Fruet

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas prerrogativas e nos termos do Regimento Interno, REQUER, após ouvida a Casa, seja formulado um apelo aos Excelentíssimos Senhores Engenheiro Emílio Hoffmann Gomes, MD. Governador do Estado e Doutor Ivan Beira Fontoura, MD. Secretário de Estado dos Negócios da Saúde Pública, para que sejam tomadas imediatas providências no sentido de dotar o Posto de Saúde de Arapongas de recursos materiais e humanos, para que aquele órgão possa desempenhar suas altas e específicas finalidades.

Instalado em prédio alugado, o Posto de Saúde em referência está na iminência de ser despejado, tendo em vista o grande atraso no pagamento dos alugueres correspondentes, fato este que, além de causar um enorme mal estar, depõe contra a imagem do Estado, visto que o proprietário do prédio em questão, em face de tais circunstâncias, promoveu a ação competente.

Por outra parte, aquela Unidade Sanitária não conta em sua lotação com qualquer funcionário especializado em fiscalização — guarda sanitária — não apresentando, por via de consequência, condição alguma para atender às vistas que se façam necessárias na cidade, estando, ao mesmo tempo, com o seu gabinete dentário paralizado e com o seu laboratório fechado, problemas estes cuja responsabilidade não pode ser atribuída aos zelosos médicos Drs. José Pazelo e Adélio Pazelo e que são de pleno conhecimento de ilustre médico-chefe do Distrito, Dr. Gerson Ribeiro, sediado em Apucarana.

Além do mais, a mesma Unidade Sanitária não conta com verba alguma para material de expediente, nem mesmo para compra de selos, sendo frequentes, também, os cortes de água e de luz, por falta de pagamento.

Al está o retrato de um Posto de Saúde, destinado a atender uma população urbana de 50.000 habitantes, além dos 20.000 habitantes da zona rural. O Município de Arapongas é um dos principais arrecadadores do ICM, mas o seu Posto de Saúde se encontra sem condições para atender ao mínimo de suas necessidades mais prementes.

REQUER-SE, finalmente, que da manifestação desta Assembléia, se favoreável, se dê ciência, através do expediente próprio, aos Drs. Gerson Ribeiro, José Pazelo e Adélio Pazelo, ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Arapongas, Dr. Waldir Pugliesi e à Câmara de Vereadores de Arapongas.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1974.

(a) Muggiati Filho

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, declaro livre a palavra. (Pausa).

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 36-74, que visa alterar, a partir de 1.º de março do corrente ano, a redação do artigo 3.º da Lei n.º 6.156, de 02-10-70, que dispõe sobre a quota de produtividade. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 275-73, de autoria do Deputado Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), a Cecília Back Selhorst. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., com SUBSTITUTIVO. — **Aprovado com Substituto.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 277-73, de autoria do Deputado Igo Losso, que declara de Utilidade Pública a "Associação Metodista de Assistência Social — AMAS", com sede e foro na cidade de Morretes. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 292-73, de autoria do Deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo doar, através da Secretaria de Agricultura, 2 (dois) tratores marca Internacional, modelo e série que especifica, à Cooperativa Agrícola Irati Ltda., com sede no Município de Irati. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., com SUBSTITUTIVO. — **Aprovado com Substituto.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 15-74, de autoria do Deputado Borsari Netto, que inclui a série de Classes de Técnico de Administração Tributária, na Tabela n.º 1 da Lei n.º 6.212, de 9-8-71. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 284-73, de autoria do Deputado Igo Losso, que declara de Utilidade Pública a "Associação Cristã do Bem Estar Social do Paraná — BEMPAR", com sede nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 01-74, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 112-73, que objetiva doar à Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras da cidade de Jacarezinho, o imóvel de propriedade do Estado, que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 02-74, de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Ribeirão do Pinhal, uma motoniveladora e um caminhão, pertencentes ao D.E.R. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 04-74, de autoria do Deputado Antônio Belinati, que declara de Utilidade Pública a Junta Beneficente da Igreja Missionária — (JUBIM), com sede na cidade de Londrina. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

Projeto de Lei no 4.74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública a Junta Beneficente da Igreja Missionária — (JUBIM) — com sede na cidade de Londrina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1974.

(a) — ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A Junta Beneficente da Igreja Missionária da cidade de Londrina, que ora se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos em lei para atingir seu fim, ou seja, tem seu estatuto registrado no cartório de pessoas jurídicas competente, vem funcionando de forma efetiva e presta serviços de utilidade pública à população daquela cidade. Finalmente, os membros de sua diretoria não percebem qualquer remuneração, conforme fica comprovado pelo documento anexo.

Assim pois, levamos o presente plano de Lei à apreciação dos nobres Pares, esperando que se lhe dê o indispensável apoio e final aprovação.

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO

PROJETO DE LEI N.º 4-74

1 — Com o presente plano de Lei visa o nobre Deputado Antonio Belinati declarar de utilidade pública a Junta Beneficente da Igreja Missionária — JUBIM, com sede e foro na cidade de Londrina.

2 — Entendemos que o projeto encontra amparo legal e constitucional, não conflitando com a legislação que regula a matéria, daí nosso parecer FAVORÁVEL à presente proposição que ora examinamos nesta oportunidade.

É o parecer,

Sala das Comissões, em 1.º de abril de 1974.

as. ilegível — Presidente

NELSON BUFFARA — Relator

ass. ilegíveis

Comissão de Finanças

PARECER AO

PROJETO DE LEI N.º 04-74

AUTOR: Dep. Antonio Belinati.

I) — A Comissão de Constituição e Justiça já examinou as peças que acompanham o Projeto, tendo concluído pela aprovação do mesmo.

II) — Analisando sob o aspecto financeiro, verificamos que a aprovação do mesmo não acarretará qualquer aumento à despesa pública.

Assim sendo, nosso parecer é favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 1974.

as. ilegível — Presidente

IGO IWANT LOSSO — Relator

ass. ilegíveis

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final dos Projetos de Resolução n.º 60-73 e de Lei n.ºs 38-72, 205-72, 73-73, 151-73 172-73 e 227-73. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Francisco Raksha, acordo em Araucária. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo aos srs. Governador do Estado e Secretário da Saúde Pública, no sentido de que sejam tomadas providências a fim de dotar o Posto de Saúde de Arapongas de recursos materiais e humanos, para que aquele órgão possa desempenhar suas finalidades. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do Expediente, solicitando a designação de Sessão especial para palestra dos membros da Comissão de Limites entre os Estados do Paraná e de São Paulo. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para dia 20, quinta-feira à Hora Regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 284-73, 01-74 e 02-74.

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 04-74.

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 113-73.

marcando ainda, outra Sessão para sexta-feira, dia 21, às 10.00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Redação Final — Dos Projetos de Resolução n.º 60-73 e de Lei n.ºs 38-72, 205-72, 73-73, 151-73, 172-73 e 227-73.

Esta Presidência lembra aos srs. Deputados que hoje, às 20.30 horas no Clube Sírio Libanês, o Poder Legislativo do Paraná, oferecerá um jantar de despedida ao Gel. Airton Pereira Tourinho, ex-Comandante da 5.a Região Militar, e solicita o comparecimento de todos os Deputados.

Amanhã teremos uma Sessão Solene, quando este Poder Legislativo outorgará o título de cidadão honorário do Paraná ao Dr. José Guerra Rego.

Levanta-se a Sessão.